

Sem peças, fábricas brasileiras começam a parar

Segundo Abinee, até 30 mil trabalhadores podem ser afetados pelos efeitos do coronavírus na produção de celulares e computadores

Márcia De Chiara e Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

A falta de componentes industriais produzidos na China, onde fábricas estão paradas por causa da epidemia do coronavírus, já leva empresas brasileiras a darem férias coletivas, adiarem lançamentos e deve afetar as metas de produção deste trimestre.

Entre 20 mil a 30 mil funcionários de empresas de tecnologia da informação, especialmente de celulares e computadores, devem ter a rotina de trabalho alterada no curto prazo, com redução de jornada e férias coletivas, segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato.

Ele chegou a esse número levando em conta pesquisa feita com 50 empresas do setor que revelou que a produção do primeiro trimestre deverá ficar 22% abaixo da inicialmente projetada por essas companhias em razão do coronavírus. “A situação é muito grave, não temos como buscar o suprimento em outro país”, afirma Barbato. Segundo a Abinee, na semana passada 57% das empresas já apresentavam problemas, 4% operavam com paralisação parcial e 15% planejavam paradas parciais.

A fábrica da Flextronics em Jaguariúna (SP) vai dar férias coletivas a cerca de 1,1 mil trabalhadores do setor de celulares entre os dias 9 e 28 de março. A empresa já havia deixado outros 2,1 mil funcionários em casa por dez dias, depois prorrogados para 12.

Essa equipe retorna na segunda-feira, quando a outra inicia o período de férias forçadas, segundo José Francisco Salvino, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Jaguariúna. Procurada ontem, a empresa não retornou. A Flextronics fabrica os celulares da marca Motorola e emprega, ao todo, cerca de 3,2 mil pessoas.

A coreana LG é outra que pretende fazer uma parada parcial. A empresa protocolou no Sindicato de Metalúrgicos de Taubaté (SP) aviso de férias coletivas para o período de 2 a 12 de março para 330 funcionários da linha de celulares, onde estão alocados 450 trabalhadores, informa o sindicato.

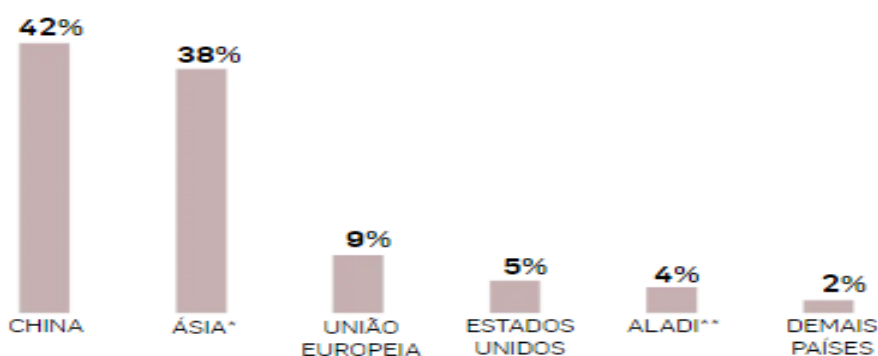
INFORME

Por meio de comunicado, a LG afirma que “devido ao surto do coronavírus que atinge o mundo e tem provocado o desabastecimento de peças nas produções, considera um risco potencial de parada na produção, no mês de março, em sua unidade fabril de celulares, localizada em Taubaté”.

A concorrente Samsung informou ontem que a fábrica de Campinas (SP) “opera normalmente”. A produção, contudo, foi suspensa nos dias 12, 13 e 14, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Sidalino Orsi Júnior. “Faltaram peças que estavam bloqueadas na China, mas depois a empresa recebeu os lotes, mas estamos preocupados”, diz Orsi Junior, que pediu encontro com representantes da empresa para esclarecer as condições dessas peças.

Fornecedores

Origem das importações de componentes para a indústria elétrica e eletrônica em 2019



*Exceto China; **exceto Argentina

Fonte: dados Mdic, elaborados pela Abinee

*ESTADÃO

Dependência de importações é risco

O risco de paralisação da produção nas fábricas brasileiras de eletrônicos, que são muito dependentes das importações de componentes asiáticos, cresce à medida que os embarques dos produtos não são confirmados. No ano passado, 80% dos componentes usados pela indústria eletroeletrônica vieram da Ásia. A China respondeu por 42% e outros países da região por 38%, aponta a Abinee. “A vulnerabilidade é grande”, afirma Barbatto.

Na Zona Franca de Manaus (AM) – que reúne grande parte de fabricantes de eletrônicos e de motocicletas que importam peças da China –, já começaram as reuniões entre indústrias e sindicatos de trabalhadores para encontrar uma solução sem custos extras, caso precisem interromper a produção, conta o presidente do Centro das Indústrias do

INFORME

Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco. “Como se trata de uma questão de saúde, não de um problema específico, estamos tentando negociar a parada da produção sem custo maior para as empresas”, diz Périco. Além dos eletrônicos, essas conversas envolvem também os fabricantes do polo de duas rodas.

A Honda, maior fabricante de motos do País, informa que, até o momento, não há previsão de parada em suas linhas de produção. Acrescenta, contudo, que “esse cenário pode ser alterado caso a situação se prolongue”.

Por questões estratégicas, Périco afirma que as indústrias da Zona Franca de Manaus não revelam o nível de estoques de componentes, mas ele afirma que estão baixos. Périco explica que, nos últimos tempos, tem sido normal para as companhias operarem com menos de um mês de componentes para reduzir custos.

José Jorge do Nascimento Junior, presidente da Eletros, associação que reúne a indústria de geladeiras, lavadoras, TVs e eletroportáteis diz, por meio de nota, que o maior foco do problema neste momento está concentrado nos insumos que chegam ao Brasil por via aérea, considerados de maior valor agregado, e que já se encontram perto de volumes críticos.

A JAC do Brasil, importadora dos modelos chineses da marca, adiou o lançamento do primeiro caminhão elétrico no País por receio de não ter estoque para iniciar as vendas. O lançamento estava programado para início de março e, agora, está previsto para o fim do mês.

Sindicato quer ações de prevenção

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo vai se reunir, na próxima semana, com representantes das áreas de Recursos Humanos de grandes redes varejistas para discutir ações de prevenção contra eventual epidemia do coronavírus no País. “Caso o vírus se espalhe por aqui, queremos estar preparados”, diz Ricardo Patah, presidente da entidade. A ideia é que os lojistas se preparem para ações como distribuição de máscaras e de gel para mãos aos funcionários e palestras sobre como evitar a contaminação. Como lidam com o público, os comerciantes estariam mais suscetíveis ao vírus, afirma Patah.

O sindicato é filiado à UGT, central sindical que está distribuindo cartilhas online para conscientizar trabalhadores sobre a Covid-19 em todo o País. Nos próximos dias também serão entregues 1 milhão de cartilhas em papel.

(Fonte: O Estado de SP – 28/02/2020)

3

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Desemprego atinge 11,9 milhões e taxa fica em 11,2% em janeiro, diz IBGE

Resultado é menor do que os 11,6% do trimestre encerrado em outubro

Nicola Pamplona - RIO DE JANEIRO

A taxa de desemprego iniciou 2020 mantendo tendência de queda. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil tinha 11,2% de desempregados no trimestre encerrado em janeiro, contra 11,6% nos três meses até outubro.

A queda, porém, foi impulsionada pela redução no número de pessoas procurando emprego no país e ainda traz efeitos das contratações temporárias nos últimos dois meses de 2019, disse nesta sexta (28) a analista do IBGE Adriana Beringuy.

A taxa de desemprego ficou um pouco abaixo das previsões de mercado. Analistas ouvidos pela Bloomberg estimavam taxa de 11,3%. No trimestre encerrado em janeiro, segundo o IBGE, 11,9 milhões de brasileiros procuravam emprego no Brasil, um redução de 453 mil em relação ao trimestre encerrado em outubro.

O número de pessoas consideradas fora da força de trabalho —aqueles que não têm interesse em buscar emprego— subiu 1,3%, ou 873 mil pessoas, e atingiu novo recorde de 65,7 milhões de pessoas. "A menor procura por trabalho em janeiro foi definitiva para a redução da taxa [de desemprego]", afirmou Beringuy.

Ela diz que é um movimento normal em janeiro, mês de férias escolares, mas que o movimento percebido este ano foi mais o intenso da série histórica iniciada em 2012. O indicador reúne pessoas que não tiveram interesse em buscar trabalho no período da entrevista.

Os dados divulgados pelo IBGE reforçaram tendência de melhora no contingente de trabalhadores formais, com alta de 1,5% entre os empregados do setor privado com carteira de trabalho, e de 5,2% nos trabalhadores por conta própria com CNPJ. Foi o primeiro aumento no contingente de trabalhadores com carteira assinada em um trimestre encerrado em janeiro desde 2014.

O indicador, porém, ainda pega efeitos de contratações temporárias para o Natal, já que inclui os dois últimos meses de 2019. A melhora na formalização já havia sido captada

INFORME

também na pesquisa do trimestre encerrado em dezembro, quando a taxa de desemprego ficou em 11%.

"O resultado está muito influenciado pelo aumento da carteira assinada em novembro e dezembro", disse Beringuy. "Então, não podemos ainda afirmar que o ano de 2020 inicia-se com sustentabilidade da carteira. A gente está vivendo um momento de indefinição."

Na comparação com o trimestre anterior, houve crescimento no número de trabalhadores do setor privado com carteira assinada (504 mil pessoas) e de trabalhadores por conta própria com CNPJ (258 mil pessoas).

Os dados do Caged (Cadastro Geral do Emprego e Desemprego), principal indicador do governo sobre a abertura e fechamento de vagas com carteira assinada, só serão divulgados em março, já que o sistema de coleta de dados está sendo transferido para o novo eSocial.

No trimestre encerrado em janeiro, disse o IBGE, a taxa de informalidade caiu para 40,7% da população ocupada, ante 41,2% do trimestre móvel anterior. Ao todo, 38,3 milhões de pessoas no país tiraram seu sustento em ocupações informais.

Houve queda em praticamente todos os setores considerados informais, com destaque para trabalhadores do setor privado sem carteira assinada (queda de 1,5% ou 179 mil pessoas) e trabalhador familiar auxiliar (-6,2%, ou 130 mil pessoas).

A redução da informalidade e o aumento no número de trabalhadores com carteira assinada melhorou o indicador de contribuição para a Previdência, que chegou a 63,1% da população ocupada no trimestre encerrado em janeiro.

A taxa de subutilização da força de trabalho também recuou, chegando a 23,2%, 0,6 pontos percentuais a menos do que o registrado no trimestre encerrado em outubro. O indicador inclui as pessoas que estão procurando emprego, as que gostariam de trabalhar mas desistiram de procurar emprego e aquelas que trabalham menos do que gostariam.

O rendimento médio do trabalhador brasileiro ficou em R\$ 2.361, estável em relação aos R\$ 2.317 do trimestre encerrado em outubro, segundo o IBGE.

Beringuy disse que ainda é cedo para avaliar se a situação do mercado de trabalho vai melhorar em 2020, já que a taxa de janeiro tem efeitos do fim de 2019. "A gente entra em 2020 com um janeiro muito influenciado pelo fim de 2019", afirmou.

INFORME

Ela explicou, por exemplo, que não é possível prever se as pessoas que saíram da força de trabalho vão se manter nessas condições ou voltarão a procurar trabalho durante o ano. "Tem um efeito sazonal que compromete qualquer análise", reforçou.

Nova regra para emprego Verde e Amarelo pode permitir recontração

Relator cria possibilidade para quem tiver sido demitido sem justa causa e em até 180 dias após 1ª contratação por meio do novo programa

Thiago Resende - BRASÍLIA

Uma nova regra prevista para o programa de emprego Verde e Amarelo permite que funcionários possam ser contratados duas vezes nessa modalidade, desde que o primeiro vínculo empregatício tenha durado menos de 180 dias.

Para tentar estimular a geração de vagas, o governo criou um tipo diferente de contrato com redução de encargos para empregadores.

O programa foi instituído por medida provisória e precisa do aval do Congresso até 20 de abril para que entre em vigor definitivamente.

O relator do projeto, deputado Christino Áureo (PP-RJ), fez alterações na proposta original do governo, enviada em novembro e que não tratava da possibilidade de recontração.

A nova versão do texto, que ainda será votado no Congresso, permite que quem já teve uma experiência de curto prazo (até 180 dias) em contrato Verde e Amarelo possa ser enquadrado novamente no programa, desde que a demissão tenha sido sem justa causa.

Esse reingresso na nova modalidade de contrato só é permitido uma vez, de acordo com a regra prevista no relatório de Áureo, que não veda a recontração em uma mesma empresa quando todos os requisitos forem cumpridos.

"Há empresas que contratam de forma massificada pessoas em busca do primeiro emprego. Pode ser que um jovem, por exemplo, não performe para aquela empresa, mas pode performar para outra. Não é justo esse jovem perder a elegibilidade [ao programa]", disse o deputado.

INFORME

Para o advogado trabalhista Wolnei Tadeu Ferreira, a alteração proposta pelo relator é favorável para empregador e empregado.

“Sem a recontração, um funcionário que foi desligado antes dos 180 dias ficaria em uma situação de insegurança e perderia a oportunidade de ser contratado novamente pelo emprego Verde e Amarelo”, disse Ferreira.

O programa, na versão do governo, reduz obrigações patronais da folha de pagamento para contratação de jovens de 18 a 29 anos, que conseguem o primeiro emprego formal e com remuneração de até um salário mínimo e meio (R\$ 1.567,50).

O QUE FOI ALTERADO

- **Como era**

Para jovens de 18 a 29 anos no primeiro emprego e com salário de até um mínimo e meio (R\$ 1.567,50). Inclui menor aprendiz e jovens que tiveram contrato de experiência, intermitente ou de trabalho avulso. Até 20% dos empregados podem ser contratados na modalidade

- **Como fica**

Relator incluiu no programa pessoas acima de 55 anos de idade que estão fora do mercado de trabalho formal há mais de 12 meses e jovens que tiveram emprego formal de 180 dias ou menos. O percentual de empregados que podem ser contratados pelo programa aumentou para 25%

O relator também quer que jovens com curta experiência profissional também possam ser incluídos. A idéia da equipe econômica era que menor aprendiz e jovens que tiveram um contrato de experiência, de trabalho intermitente ou de trabalho avulso se encaixassem no grupo que ainda procura a inserção no mercado formal.

Áureo propôs que jovens que tiveram carteira assinada por até 180 dias possam ser contratados na modalidade mais barata para o empregador. “O mercado está muito instável”, explicou o deputado.

INFORME

No parecer, apresentado na semana passada, o relator passa a permitir que empresas também tenham redução de tributos ao contratar pessoas acima de 55 anos de idade e que estejam fora do mercado de trabalho formal há mais de 12 meses.

Para esse grupo, também está mantida a limitação salarial (R\$ 1.567,50). Além disso, o deputado elevou, de 20% para 25%, a parcela de empregados que podem ser contratados na modalidade Verde e Amarelo. A versão em tramitação no Congresso, portanto, amplia e flexibiliza o programa de contratação com redução de encargos.

Mesmo assim, Áureo estima que 1,4 milhão de vagas serão geradas até 2022 por causa dos incentivos. O governo, em novembro, anunciou a previsão de 1,8 milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada.

As empresas que optarem por esse tipo de contrato ficam temporariamente isentas da contribuição patronal para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), do salário-educação e de contribuições para o Sistema S.

Na versão do relator, a isenção das contribuições para o Sistema S poderão ser revistas caso uma empresa necessite cursos de qualificação muito específicos. Essa regulamentação ainda depende de análise pelo Ministério da Economia.

A ideia é que, se o Sistema S oferecer cursos caros para funcionários da modalidade Verde e Amarelo, o patrão poderá ser reonerado.

A proposta de novo contrato também permite a redução do adicional de periculosidade em alguns casos. Em troca, a empresa tem que contratar um seguro. O relator deixou claro que isso vale apenas para contratos Verde e Amarelo.

Caso o patrão opte pelo seguro, terá que pagar um adicional de periculosidade de 5% sobre o salário do trabalhador. Esse adicional, porém, só será devido se o funcionário estiver exposto ao perigo em mais de 50% da jornada de trabalho.